

O dever da miséria

ESTADO DE SÃO PAULO

P3

Na semana finda, o Congresso Constituinte deu provas de que ainda não esgotou sua capacidade de surpreender a Nação, que o elegeu, com medidas inspiradas na mais irresponsável demagogia, cujas conseqüências funestas parecem só ser vislumbradas por uma minoria que, de repente, passou a ser confundida com aves agourentas. No meio do carnaval demagógico desta semana, economistas do Centrão, numa tentativa inglória de salvar o texto constitucional da irresistível irrisão, tentaram evitar a inclusão da correção monetária num dispositivo, agora constitucional, de reajuste de salário para aposentados. Durante a discussão, o ex-ministro Delfim Netto, hoje deputado federal pelo PDS de São Paulo, suspirou e lançou de sopetão a ironia cruel: "A Constituição é passageira, mas a inflação é eterna".

Lida assim, isoladamente, a frase do ex-czar da economia dos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo pode parecer uma piada de mau gosto, até porque a crise econômica se agrava e uma de suas causas mais importantes — todo mundo sabe — é a inflação. Dentro do contexto em que foi pronunciada, contudo, a frase é uma feliz definição do *impasse* no qual o Brasil mergulhou, ao que parece com poucas possibilidades de emergir. Despida de seus aspectos cáusticos, a sentença chega a ser tautológica: afinal, a Constituição que está sendo redigida tende mesmo a ser provisória porque a inflação que gera a crise conjuntural não é passageira. Da mesma forma, provisória não poderá ser a inflação se a passageira Constituição, que ora se redige, abrigar muitas fórmulas e até passes de mágica para fazer com que a desvalorização da moeda sobreviva a qualquer choque endógeno ou exógeno. Não se trata, contudo, a frase do deputado Delfim Netto de um mero lance de lógica, para satisfazer seu *sense of humour*. Nem se limita a frase à especial predi-

ção que o professor de economia da USP tem pelos jogos matemáticos. Trata-se, principalmente, de uma definição, embora cruel, muito justa, seja para a tragédia do curto prazo, seja para o drama do longo termo.

O constituinte — renitente, mas irônico sócio do clube minoritário dos que sempre dizem *não* aos acordos de lideranças, as grandes responsáveis pela tentativa de transformar o texto constitucional numa perigosa panacéia — deixa claro, com sua piada, que a crise brasileira repousa em dois pilares consistentes. Um é a efemeridade dos projetos constitucionais, permanentemente arruinados pela disposição de nossas *élites* políticas em tirar proveito próprio dos *impasses* conjunturais, descuidando de construir instituições capazes de enfrentar a grande crise estrutural. Outro é o cinismo com que o Estado brasileiro usa a inflação como uma arte de falsificar dinheiro para saciar sua fome pantagruélica de poder político, seguindo ao pé da letra a máxima de Sofocleto.

A efemeridade dos pactos constitucionais — doença crônica da política brasileira — explica-se pela irresponsabilidade com que as *élites* dirigentes manipulam o poder balsâmico que a deterioração da moeda tem e pela capacidade da inflação de produzir a ruína permanente a partir da prosperidade momentânea. Esse "refúgio de oportunistas políticos e econômicos", bem descrito pelo romanista americano Ernest Hemingway, não consegue, contudo, ser suficientemente oculto, por causa da extensão de seus danos.

A desconfiança de uma sociedade em sua moeda gera tal insegurança coletiva que fica impossível a uma nação escapar, apenas para dar o exemplo mais dramático, do bacilo letal da corrupção. A desmoralização do dinheiro é uma das mais sólidas explicações para a crise moral de cujas garras a sociedade brasileira dificilmente sai-

rá se não fizer sacrifícios enormes. Ao criar custos insuportáveis a qualquer orçamento público — com a distribuição de salários para deficientes físicos e idosos e ao permitir a aposentadoria de pessoas ainda aptas ao trabalho —, a Constituinte consagra não o direito ao ócio remunerado, mas o dever da pobreza inexorável. E não apenas indica o caminho para a indigência material, mas fecha a porta à prosperidade por facilitar a caminhada no rumo da mais abjeta miséria moral.

No último governo do ciclo militar, o Brasil aprendeu — e Delfim Netto deve ter absorvido a lição — a exatidão do ensinamento do economista americano John Kenneth Galbraith, que escreveu em *A Sociedade Afluente*: "Nada enfraquece tanto um governo quanto uma inflação persistente". Se há, por parte da corporação constituinte, uma disposição firme para enfraquecer, com suas medidas, a ação do Poder Executivo sob o comando da equipe de José Sarney, é bom advertir que a palavra governo, tal como a escreve um americano do Norte, quer dizer não apenas esse poder específico, mas a conjunção equilibrada dos comandos executivo, legislativo e judiciário. Talvez fosse mais exata a tradução da frase de Galbraith, se se trocasse a palavra governo por "regime".

Caso exista realmente alguém com assento no Congresso interessado, mesmo, em produzir uma democracia permanente pela via constitucional, é bom ir pensando em formas de tornar a inflação provisória, deixando de produzir mecanismos que a eternizem. Pois a equação da ironia de Delfim Netto também vale no sentido oposto: uma boa forma de perenização do texto constitucional é se procurar alguma fórmula pela qual se chegue à efemeridade da inflação. Do contrário, será muito difícil impermeabilizar o regime democrático à corrosão ferruginosa da deterioração monetária.